



EQUILÍBRIO DE CONTAS



INÍCIO DA GESTÃO

À Secretaria Municipal da Fazenda, por competência regimental, coube a mensuração e consolidação dos dados relativos à situação financeira do Município, encontrada no início da nova gestão municipal. Os dados mostravam-se em alarmantes descompassos entre os recursos encontrados e as despesas iminentes ou não para pagamentos.

A dívida encontrada era de R\$ 3,5 bilhões, entre as dívidas contabilizadas e reconhecidas e não contabilizadas, de curto prazo e longo prazo. Dentre as dívidas contabilizadas o montante encontrado foi de R\$ 2,75 bilhões, sendo que R\$ 2,3 bilhões em dívida fundada e R\$ 461 milhões em dívida flutuante. Já as dívidas reconhecidas e não contabilizadas somavam aproximadamente R\$ 770 milhões. Só de curto prazo, para pagamento no exercício de 2013, a dívida era de R\$ 1,23 bi.

Em contrapartida ao montante da dívida encontrada, a disponibilidade financeira era de apenas R\$ 237 milhões, destes, R\$ 220 milhões eram de recursos vinculados e apenas R\$ 17,3 milhões de recursos livres.

A equação entre as dívidas vencidas e não pagas e a disponibilidade financeira para sua liquidação, resultam em um déficit de aproximadamente R\$ 994 milhões.

AJUSTE FISCAL

Para enfrentar a difícil situação financeira, descrita acima, foi necessário realizar um Ajuste Fiscal, com o objetivo de equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos, imprescindíveis ao atendimento dos cidadãos soteropolitanos.

Esse ajuste traz como premissas básicas:

- Não elevar a carga tributária com novas taxas, alíquotas e impostos;
- Pagar em dia os compromissos assumidos a partir de 01/01/2013 e;
- Não dar calote na dívida passada, efetuando os pagamentos sem comprometer os orçamentos presente e futuros em áreas essenciais ao atendimento da população.

Foram estabelecidas ainda, algumas diretrizes que deveriam ser atendidas, para que o ajuste fiscal obtivesse o resultado esperado.

As ações deveriam:

- Reduzir despesas.
- Renegociar dívidas.
- Incrementar receitas.

Neste contexto, muitas ações foram realizadas pela Secretaria Municipal da Fazenda em 2013.

Redução de Despesas

Inicialmente foi implantada uma política austera para redução de despesas, e conjuntamente com a Secretaria de Gestão, foi realizado o contingenciamento de R\$ 502,4 milhões do Orçamento de 2013, equivalente a 12,1% de seu montante, assim como uma nova Sistemática de Execução da Programação Orçamentária e Financeira com fixação de “cota orçamentária quadrimestral” e “cota financeira mensal” de gastos para cada Secretaria, compatíveis com a disponibilidade financeira da Prefeitura, além do estabelecimento do Caixa Único do Tesouro Municipal.

Outra medida realizada foi reavaliação e renegociação dos contratos municipais, além dos contratos administrados pela própria secretaria.

A redução obtida com a renegociação atingiu aproximadamente R\$18 milhões em 2013, representando uma economia média de 10% dos valores dos contratos negociados e das licitações reavaliadas.

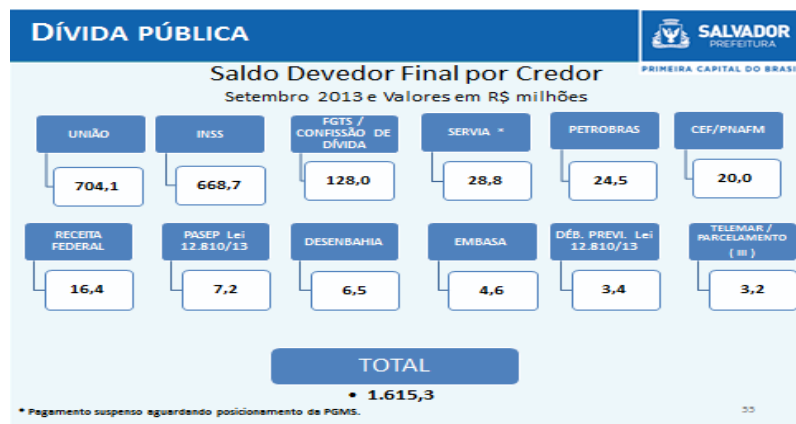
Em cumprimento aos Decretos Municipais 23.743, 23.781 e 23.746 todos de 2013, a SEFAZ realizou o cadastramento de todos os seus servidores, desligou do seu quadro 50 pessoas por nepotismo, além da redução em 32,80% dos cargos em comissão.

A Controladoria Geral do Município – CGM, órgão central de Controle Interno, vinculada à SEFAZ, acompanha mensalmente as movimentações advindas do cumprimento desses decreto sem todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Foi suspenso o pagamento da remuneração cobrada pela Coelba, referente cobrança da COSIP, com economia de aproximadamente de R\$ 700 mil/ano.

Ainda visando à promoção do equilíbrio das contas, foi realizado levantamento de Haveres e Dívidas da Prefeitura. As Dívidas foram apuradas e os Haveres mensurados, conforme quadros abaixo, e algumas medidas foram implantadas para sua recuperação.

Quadro01 – Haveres e Dívidas



Haveres com estimativa de recuperação até 30/12/2013

Tipo de Crédito	Valor	Responsável	Estimativa de prazo de recuperação
Não escriturados	8.500.000,00	TRANSALVADOR	30/12/2013
Escriturados	2.577.117,90	COHAB	30/12/2013

Posição em set/2013 – Fonte: DGTm

Entre as medidas para recuperação dos haveres, está o repasse de multas de trânsito devidas por motoristas de outros estados, através do Sistema RENAINF – Registro Nacional de Infrações de Trânsito. Até outubro de 2013, já foram recuperados pela TRANSALVADOR, validados de 07 (sete) estados, aproximadamente R\$ 4,3 milhões, conforme quadro a seguir.

Multas de Trânsito Recuperadas (RENAINF)/2013

Estados	Valores
São Paulo	1.686.048,35
Paraná	704.934,37
Distrito Federal	208.387,88
Minas Gerais	469.739,65
Pernambuco	433.991,80
Rio de Janeiro	230.490,19
Sergipe	543.846,81
Total	4.277.439,05

Fonte: Transalvador – Out/2013

Foi enviado ofício à CEF para agilizar a avaliação dos saldos dos contratos ainda não validados, bem como os devidos recursos FCVS – Fundo de Compensação das Variações Salariais e solicitada a restituição ou compensação dos valores já validados pela CEF no valor de R\$ 2,6 milhões.

Com a realização de auditoria nas contas de energia elétrica, foi alcançada até o momento, redução de despesa de aproximadamente R\$597 mil/ano. Detectou-se que havia cobrança indevida de tributos como COSIP e ICMS. Todos os órgãos da Prefeitura foram orientados no sentido de promoverem negociação dos seus contratos junto a Coelba.

Com a avaliação realizada, dos últimos cinco anos, dos convênios de Municipalização de escolas, firmados entre o Estado e o Município, foi constatada ausência de transferência de recursos do Estado para o Município de aproximadamente R\$7,2 milhões.

Redução de dívidas

Com a edição de diversos Decretos ao longo do ano, o Município liberou para pagamento inúmeras despesas de exercícios anteriores, que continham Fontes de Recursos vinculadas:

Liberação de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA/2013			
Fontes	Título	Fontes	Título
Fonte 04	Salário Educação	Fonte 19	FUNDEB
Fonte 07	Contrapartida/Prestação de Contas de Convênios	Fonte 24	Convênio FMAS e outros
Fonte 10	Outras Fontes FCBA	Fonte 30	FIES
Fonte 11	Outras Fontes FMDCA	Fonte 22	Convênio Educação
Fonte 13	Outorga Onerosa do Direito de Construir	Fonte 23	Convênio Saúde
Fonte 14	SUS	Fonte 42	Royalties/PEP/CFEM
Fonte 15	FNDE	Fonte 50	SUCOM (Receita Própria)
Fonte 17	COSIP	Fonte 51	Convênios Administração Indireta
Fonte 18	FUNDEB	Fonte 52	Apenas para a Empresa LIMPURB

Além do pagamento de:

- Tributos e contribuições previdenciárias
- Restituições de saldo de convênio
- Dívidas inscritas no CADIN não quitadas do setor público federal
- Concessionários de Serviços Públicos
- Imprensa Oficial.

Até final de outubro de 2013, esses pagamentos perfizeram um montante de aproximadamente R\$ 70milhões.

Além dessas liberações, com a edição do Decreto 24.172/13, em agosto/2013, foi definida uma sistemática para pagamento de outras despesas de exercícios anteriores, a saber:

- Integralmente, neste exercício, conforme as disponibilidades orçamentárias e financeiras até o valor de R\$ 50 mil;
- O saldo do débito não pago nos termos do inciso I será pago em sete parcelas anuais de igual valor, vencendo a primeira em 2014.

Desde a edição do Decreto, entre os meses de agosto a outubro, já foram pagos cerca de R\$ 2,4 milhões de Restos a Pagar (processados e não processados) e mais R\$6,4 milhões de Despesas de Exercícios Anteriores.

Também foi definida programação de pagamento das restituições de tributos relativos aos anos de 2008 a 2013.

Ainda, perseguindo o saneamento das dívidas do município, foi realizado parcelamento das dívidas de Contribuição Previdenciárias e PASEP da Administração Direta, Fundações e Autarquias, conforme quadro abaixo:

Saldos Devedores Iniciais dos Parcelamentos	
Parcelamento	Saldo Devedor Inicial
PASEP Lei 12.810/2013	7.242.673,20
Débitos Previdenciários- Lei 12.810/2013	4.819.491,44

Data: 31/08/2013 – Fonte: SUDIP

Para fins de pagamento, foi realizada a revisão da parcela a pagar relativo à 1/13 do saldo de precatórios vencida em dezembro de 2012. O valor reduziu de R\$ 48 milhões para R\$ 12 milhões, já transferidos ao Tribunal de Justiça, representando uma redução de 75%, além da proposição de sistemática para pagamento de precatórios com 50% de desconto na Câmara de Conciliação.

Incremento de Receitas

Em fevereiro de 2013, a SEFAZ realizou a contratação de instituição financeira para pagamento de servidores e fornecedores, tendo como instituição vencedora o Banco Bradesco. Esta operação gerou para os cofres públicos municipais a quantia de R\$126 milhões.

A SEFAZ apresentou e defendeu na Câmara de Vereadores de Salvador, importantes Projetos de Leis, que visavam na sua essência a criação de condições para o incremento das receitas tributárias e não tributárias, objetivando ampliar a capacidade de investimento do Município.

Em julho foi aprovado o Projeto de Lei, que alterou a Lei 7.186/06 – Código Tributário e de Rendas do Município e o do Ajuste Fiscal - Lei 8.421 e 8.422/2013, aprovado em Julho/2013 - que Institui medidas para:

- Combate à sonegação fiscal;
- Intensificação das ações de cobrança de débitos;
- Medidas gerais da área tributária;
- Ampliação de receitas não tributárias;
- Desburocratização;
- Qualidade do gasto público.

MEDIDAS DE COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL

Instituição do Programa Nota Salvador

O Programa permite a concessão de Créditos de 30% para Pessoas Físicas, 10% para empresas do Simples Nacional e condomínios e de 5% para responsáveis tributários, os créditos podem ser resgatados em conta-corrente ou utilizados para pagamento de até 100% do IPTU e prevê ainda:

- a realização de sorteios mensais;
- a concessão de créditos para entidades filantrópicas de assistência social, de saúde e de cultura, bem como à Fundação Gregório de Matos.

O sistema encontra-se em desenvolvimento, em fase de homologação externa com interação com os contribuintes, onde os mesmos podem sugerir melhorias.

Revisão da forma de pagamento do ITIV

Aplicativo disponibilizado na internet, possibilitando o cálculo do imposto e a emissão da guia de pagamento exclusivamente por meio do aplicativo.

A Declaração de Transações Imobiliárias – DTI, que antes era manual e suscetível a erros, é gerada e emitida pela internet, pelo próprio contribuinte, de forma simplificada e amigável, sem necessidade de autenticação ou de intermediação de terceiros. A automatização também permitirá a integração via web entre prefeitura, cartórios, instituições financeiras e contribuintes.

Foi instituído o Valor Venal Atualizado– VVA, para base de comparação com o valor da transação do imóvel. O imposto será calculado de acordo como valor declarado pelos responsáveis pela transação, porém, a base de cálculo do imposto, em qualquer hipótese, não poderá ser inferior ao Valor Venal Atualizado dos bens ou direitos transmitidos, podendo o contribuinte, caso não concorde, requerer avaliação especial, apresentando os dados da transação e os fundamentos do pedido, que poderá, inclusive, ser formulado por meio eletrônico.

A nova sistemática de apuração e pagamento do ITIV com a Declaração de Transação Imobiliária – DTI foi implantada em 22/07/2013, e já apresenta significativo incremento na receita desta rubrica, em comparação ao ano de 2012.

Sistemática de Apuração e Pagamento ;ITIV				
Períodos	Valores		Variação	
	2013	2012	Absoluta	%
01/07 a 30/07	19.489	12.925	6.564	50,79
01/08 a 31/08	25.863	14.426	11.437	79,28
01/09 a 30/09	19.335	11.511	7.824	67,97
01/10 a 31/10	23.455	13.317	10.138	76,13
Total	88.142	52.179	35.963	68,92
Informação em 01/11/13- Fonte: CCA- Coordenação Central de Arrecadação				
Obs: Valores reais atualizados para períodos consultados				

Obrigatoriedade de envio de informações pelas operadoras de cartões de crédito

Com as informações recebidas das operadoras de cartão de crédito é possível o cruzamento das informações com o banco de dados da Secretaria e um melhor planejamento da fiscalização para os mais diversos segmentos.

MEDIDAS PARA INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE COBRANÇA DE DÉBITOS

Instituição do Cadastro Municipal de Inadimplentes – CADIN

O CADIN Municipal representa uma poderosa ferramenta para o controle e efetivação da cobrança dos débitos para com o Município. A ação aprovada pela Lei 8.421/2013 encontra-se em fase de regulamentação e seu aplicativo foi customizado, encontra-se em fase de testes. Seu lançamento tem previsão para Dezembro/2013, inicialmente com os débitos dos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Envio de avisos fiscais para setores econômicos específicos

Durante o exercício de 2013 foi encaminhado avisos fiscais para o segmento de hotelaria, comparando faturamento, taxa de ocupação e quantidade de documentos fiscais emitidos. Estão programados envio de avisos fiscais para outros segmentos econômicos.

Aperfeiçoamento da cobrança do ISS sobre planos de saúde e agência de publicidade

Foi publicada a Instrução Normativa nº 01/2013, que estabeleceu regramento para que a dedução da base de cálculo do ISS seja comprovada pelas respectivas NFS-e (notas fiscais de serviços eletrônicas), quando o prestador estiver localizado no município de Salvador ou pelo documento fiscal correspondente quando o prestador estiver localizado fora do município de Salvador.

Intensificação das ações de cobrança da TFF, IPTU e ISS

Durante o exercício de 2013 foi encaminhado 487.326 cartas de cobranças e realizadas 101.984 cobranças telefônicas.

Como resultado dessa ação foi recuperado cerca de R\$ 15,5 milhões de créditos tributários no exercício de 2013, conforme quadro a seguir:

Recuperação de Créditos Tributários /2013	
Receita	Total Receita (R\$)
IPTU/TRSD	6.114.016,95
IPTU/TRSD Dívida Ativa	5.207.018,77
ISS Declarado	890.123,06
ISS Autônomo	469.501,41
ISS Autônomo Dívida Ativa	503.234,90
TFF Estabelecimento	1.864.512,93
TFF Estabelecimento Dívida Ativa	455.548,68
AI/NFL	19.284,95
Total	15.523.241,65

MEDIDAS GERAIS DA ÁREA TRIBUTÁRIA

Instituição do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI

O programa permitirá ao contribuinte sua regularização com a Fazenda Municipal, para débitos com Fatos geradores até 31/12/12, com parcelamento em até 120 meses.

O Programa aprovado pela Lei 8.422/2013 encontra-se em fase de customização do seu aplicativo e tem seu lançamento previsto para o início de 2014.

Instituição do Parcelamento Administrativo Tributário – PAT

O contribuinte poderá optar pelo parcelamento do pagamento dos tributos municipal em até 60 meses, com débito em conta-corrente.

O Programa aprovado pela Lei 8.422/2013 encontra-se em fase de customização do seu aplicativo e tem seu lançamento previsto para o início de 2014.

Recadastramento do IPTU

O programa de atualização cadastral de imóveis foi lançado em 13/08/2013.

O programa consiste no recadastramento dos imóveis que já possuem inscrição imobiliária permitindo ao contribuinte escolher a data de vencimento, local de entrega do boleto (o carnê deixa de existir) e optar pelo débito em conta corrente.

O contribuinte que realizou o recadastramento ou cadastrou pela primeira vez seu imóvel, terá desconto no IPTU de 10%, nos anos de 2014 e 2015. Quem não efetuou no prazo, com término em 15/10/13, após prorrogação do prazo inicial, está sujeito ao pagamento de multa.

Considerada um sucesso, a adesão voluntária ao programa Recadastramento, demonstrou também um verdadeiro exercício da cidadania fiscal, com envolvimento de escolas, associações de bairros, síndicos de condomínios, além dos mutirões promovidos pela Secretaria. No quadro abaixo, totalização do Programa Recadastramento.



Recadastramento Imobiliário

Registros	Totais
1. Acessos ao site	1.488.469
2. Ligações telefônicas	14.241
3. E-mails respondidos	15.061

4. Portal do Recadastramento	773.500
4.1. Recadastramento	498.658
4.2. Cadastramento	269.234
4.3. Condomínios	5.608
5. Documentos entregues em papel	682.337

Posição em 04/11/2013 – Fonte Assessoria do Secretário

Administração e controle da COSIP - responsabilidade da SEFAZ

A Secretaria já recebeu e efetuou o processamento da base de dados da COSIP, apurando diferença, em torno de R\$ 6 milhões em atrasos e R\$ 1,3 milhão do fluxo.

Reestruturação do contencioso administrativo

A reestruturação do contencioso administrativo, dentre os outros aspectos, consistiu:

- modificação do conselho de julgamento, com a criação do Conselho Municipal de Tributos – CMT, que passará a funcionar a partir de janeiro de 2014, com regimento próprio;
- segregação da 1ª e 2ª instâncias administrativas;
- fim do saneamento da revelia;
- criação da Representação Fiscal do Município;
- regulamentação da edição de súmulas vinculantes e consultas de matéria tributária;
- modernização do processo eletrônico administrativo;
- criação das Câmaras Reunidas, como um tipo de Recurso específico para o Contribuinte;
- redução do prazo de julgamento de processos depois de implementação de todas ações após entrada do Regimento em 2014;
- seleção pública de conselheiros representantes dos contribuintes, através da convocação por Portaria SEFAZ, via seleção curricular, ampliando de cinco entidades, para qualquer entidade da sociedade organizada, com notório conhecimento em matéria tributária para o CMT;
- seleção interna para ocupar as vagas dos representantes da Fazenda e Procuradoria no CMT, através de Portaria conjunta SEFAZ/PGMS e análise curricular.

Transferência de 70% dos saldos dos depósitos judiciais e administrativos para conta única do

Tesouro Municipal

Após edição do Decreto de nº 24.057/2013, que regulamenta a transferência dos depósitos judiciais e administrativos para conta única do Tesouro Municipal, foi minutado convênio entre o Município e o Banco do Brasil, com interveniência do Tribunal de Justiça/Bahia, que se encontra em fase de análise por aquele Tribunal.

AMPLIAÇÃO DE RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS

Estabelecimento da incidência de atualização monetária nos foros devidos ao Município e define alíquota mínima para sua cobrança (0,6% do valor venal do terreno)

O valor unitário da receita oriunda dos contratos de aforamento era de R\$ 0,1 (um centavo). Com a aprovação da Lei 8.421/2013, tal valor sofreu atualização ensejando uma ação efetiva de cobrança. Para 2013 foram identificados 24.810 imóveis foreiros com perspectiva de receita em torno de R\$25 milhões.

Foi necessária alteração no Sistema de Administração Tributária, inclusive para emissão do documento de pagamento pela internet, descentralizando o atendimento até então feito exclusivamente no setor; houve também a criação de código de receita, baixa e registro contábil.

Revisão dos contratos de concessão e permissão de áreas públicas em atraso

Foram identificados 56 imóveis objetos de contratos de permissões ou concessões de áreas públicas, com R\$ 964 mil em contratos vencidos em janeiro de 2013; desses R\$ 139 mil foram recuperados no 1º trimestre, R\$ 218 mil estão em fase final de negociação para pagamento até o final de novembro e R\$ 607 mil, no que pese a cobrança administrativa e contratos tabulados não se obteve resultados concretos aguardando a inscrição no CADIN.

Cobrança de comercialização da energia (gás natural) gerada no aterro sanitário

Com a implantação da medida foi contabilizado um resultado de R\$392 mil. Está sendo realizada auditoria para verificação de eventuais valores adicionais.

MAIS QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO.

Eliminação da possibilidade de criação de funções de confiança por meio de decreto

Amparado na Lei 8.421/2013, está vedada a possibilidade de criação de funções de confiança por meio de decreto assim como a possibilidade de incremento de despesas com pessoal sem a devida comprovação de disponibilidade orçamentária, para este exercício bem como, para os 02 (dois) próximos exercícios subsequentes.

Indicadores de gastos públicos

Foram elaborados indicadores de gastos públicos para fins de apuração, monitoramento e controle dos gastos. São diversos os indicadores, que apuram as despesas com pessoal, despesas com saúde, despesas com educação, despesas com os encargos da dívida, dentre outros, que além de servirem para tomada de decisões gerenciais, ainda, servem para acompanhar o atingimento dos limites constitucionais, em alguns casos.

Outras medidas para visando a qualidade do gasto público:

- elaboração do Guia de Compras de Bens e Serviços, juntamente com a Secretaria Municipal de Gestão, visando o aperfeiçoamento do sistema de compras da PMS;

- acompanhamento e controle de licitações visando o cumprimento do Decreto Municipal nº 23.748/2013 que dispõe sobre a obrigatoriedade da modalidade de Pregão Eletrônico nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns;
- análise de prestação de contas de recursos transferidos às entidades sem fins lucrativos, mediante convênio de subvenção social e auxílio, para emissão do parecer de controle interno quanto a regular e boa aplicação dos recursos públicos.

Outras ações de Incremento de Receitas

Além da Lei 8.421/2013 e 8.422/2013 com importantes ações para incremento de receitas, foram aprovados também na CMS, os seguintes projetos de Lei:

- **Lei 8.464/2013** - Tabela de Receita com as alíquotas Progressivas do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- **Lei 8.473/2013** - Valores Unitários Padrão – VUP de terreno e de construção (Planta Genérica de Valores);
- **Lei 8.474/2013** – Relativa ao pagamento, isenção do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e concede incentivos fiscais.

Cabendo citar ainda a retomada do recolhimento do ISS das empresas de transporte coletivo. Com a implantação dessa medida, resultado estimado está na ordem de R\$ 20 milhões/ano.

OUTRAS AÇÕES PARA MELHORIA DA GESTÃO

Prefeitura mais Adimplente

A SEFAZ, juntamente com a Casa Civil, coordenou o processo de regularização da situação da Prefeitura junto ao CAUC com 173 registros regularizados, e mantém a fiscalização, de forma sistemática e permanente, das regularidades jurídica, fiscal e econômico-financeira consolidadas no CAUC dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Implantação de sistemática de monitoramento da Receita e Despesa

Foi instituída sistemática para controle e monitoramento da Receita e da Despesa, com apuração mensal e indicadores dos gastos públicos, com providências imediatas para ajustes, quando necessárias.

É realizado ainda, o acompanhamento do cumprimento dos limites, metas e procedimentos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alteração das aplicações financeiras das disponibilidades de caixa da Prefeitura

Foi realizada a substituição do fundo de investimento da conta única. O Fundo utilizado anteriormente, com intermediação do Banco do Brasil, tinha taxa de rendimento médio de 95% do CDI e cobrança de taxa de administração de 0,50, foi substituído pelo Fundo de Investimento TOP DI-Público, com rendimento médio de 100% do CDI e taxa de administração de 0,10%.

Quanto às demais contas de recursos vinculadas da administração direta e as contas das entidades da administração indireta, também sofreram alterações para Fundo com melhor rentabilidade e menor taxa de administração.

Ampliação do número de serviços disponibilizados na internet: www.sefaz.salvador.ba.gov.br

A Secretaria ampliou o número dos serviços disponibilizados na internet de 70 para 80 serviços. Abaixo relação de serviços, por tipo, disponibilizados.

Serviços disponibilizados na internet	
Setor/Serviço	Total de Serviços
Pessoa Física	10
Pessoa Jurídica	10
Tributos	5
Outros Órgãos	8
Consultas Diversas (CTR, VUP...).	4
Fiscalização	4
Parcelamento	3
Certidões	10
AIDF/NOTA FISCAL	13
Imobiliário	13
Total	80

Posição 05/11/2013 – Fonte CPS

Mais Acompanhamento de Normativos de Interesse do Município

Acompanhamento de propostas de alteração normativa para elevar o limite de endividamento do Município, dos atuais 1,2 vezes da RCL, para 2 vezes (+R\$ 2,2 bi além do limite de R\$ 3,2 bi).

Acompanhamento do Projeto de Lei que altera o indexador e os juros da dívida do Município, bem como o seu estoque, junto a União.

COMPORTAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS

Prestação de Contas

Apresentação do Desempenho Fiscal, em Audiência Pública, à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Composição da Receita Total x Anos anteriores - até 2º Quadrimestre/13

RECEITAS



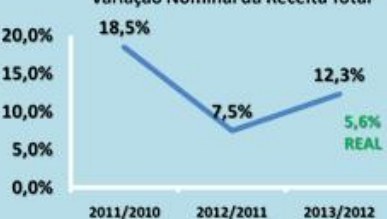
R\$ Milhões

Consolidado	Valores Nominais (R\$)				Variações (%)			
	Janeiro a Agosto				NOMINAL			REAL
	2010	2011	2012	2013	2011/10	2012/11	2013/12	2013/12
Receita Corrente (*)	1.942	2.334	2.520	2.851	20,2%	8,0%	13,1%	6,4%
Receita de Capital	51	28	19	1	-45,6%	-30,5%	-92,7%	-93,3%
Receita Total	1.993	2.362	2.540	2.852	18,5%	7,5%	12,3%	5,6%

Histórico das Receitas(R\$ Milhões)



Variação Nominal da Receita Total



FONTE: CCT

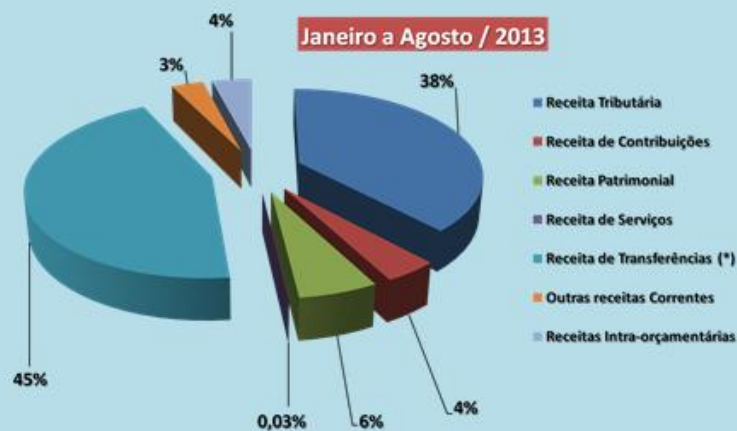
(*) Descontadas as deduções para a formação do Fundeb.

Composição das Receitas Correntes - até 2º Quadrimestre/13

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES



Janeiro a Agosto / 2013



FONTE: CCT

(*) Descontadas as deduções para a formação do Fundeb.

Receitas dos Principais Impostos Próprios - até 2º Quadrimestre/13

RECEITAS DOS PRINCIPAIS IMPOSTOS PRÓPRIOS



R\$ Milhões

Consolidado	Valores Nominais (R\$)				Variações (%)			
	Janeiro a Agosto				Nominal			Real
	2010	2011	2012	2013	2011/2010	2012/2011	2013/2012	2013/2012
IPTU	151	179	197	227	18,6%	9,7%	15,4%	8,6%
ISS	327	384	449	495	17,4%	16,9%	10,3%	3,7%
ITIV	75	109	105	129	45,7%	-3,5%	22,3%	14,8%
IRRF	35	51	66	74	42,8%	30,6%	12,7%	5,9%
TOTAL	589	723	817	926	22,8%	13,0%	13,3%	6,4%

EM 2013 AS RECEITAS DE IMPOSTOS REPRESENTAM:

> 32,48% DAS RECEITAS CORRENTES E

> 32,47% DA RECEITA TOTAL

FONTE: CCT

Principais Receitas de Transferências - até 2º Quadrimestre/13

PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS



R\$ Milhões

Consolidado	Janeiro a Agosto				Variações Nominais			Variação Real 2013/12
	2010	2011	2012	2013	2011/10	2012/11	2013/12	
IPVA	78	88	100	107	13,1%	13,5%	6,4%	-0,01%
ICMS	226	244	277	300	8,0%	13,6%	8,2%	1,6%
FPM	193	284	267	285	47,5%	-6,2%	6,9%	0,4%
FUNDEB	111	194	214	224	75,0%	10,6%	4,5%	-1,9%
-Transf. de Recursos do FUNDEB	111	132	143	157	19,3%	8,0%	10,0%	3,4%
-Transf. de Recursos da Complementação da União ao FUNDEB	-	62	72	67	0,0%	16,3%	-6,5%	-12,4%
SUS	315	324	281	298	2,8%	-13,3%	6,3%	0,1%
TOTAL	922	1.134	1.139	1.214	23,0%	0,4%	6,6%	0,1%

FONTE: CCT

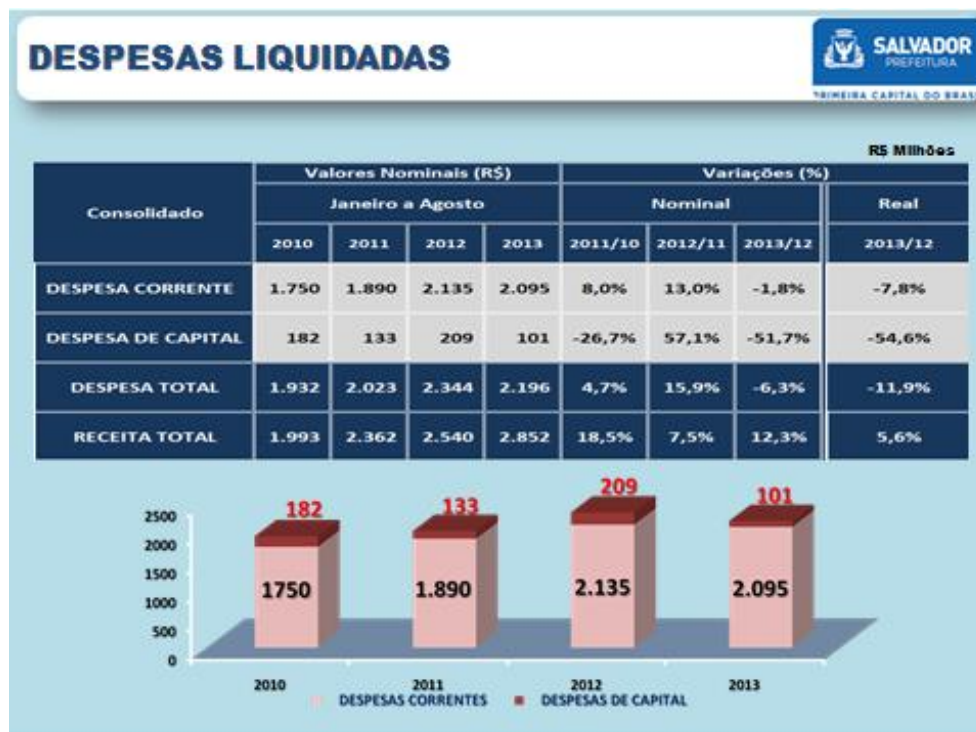
Descontadas as deduções para a formação do Fundeb.

Receitas Consolidada Orçada x Realizada - até 2º Quad./13

RECEITA CONSOLIDADA ORÇADA vs. REALIZADA			
 SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL			
R\$ Milhões			
Consolidado	ORÇADA	REALIZADA Até Agosto	REALIZADO (%)
RECEITAS CORRENTES	4.051	2.851	70,4%
RECEITA DE CAPITAL	109	1,41	1,3%
RECEITA TOTAL	4.160	2.852	68,6%

FONTE: CCT

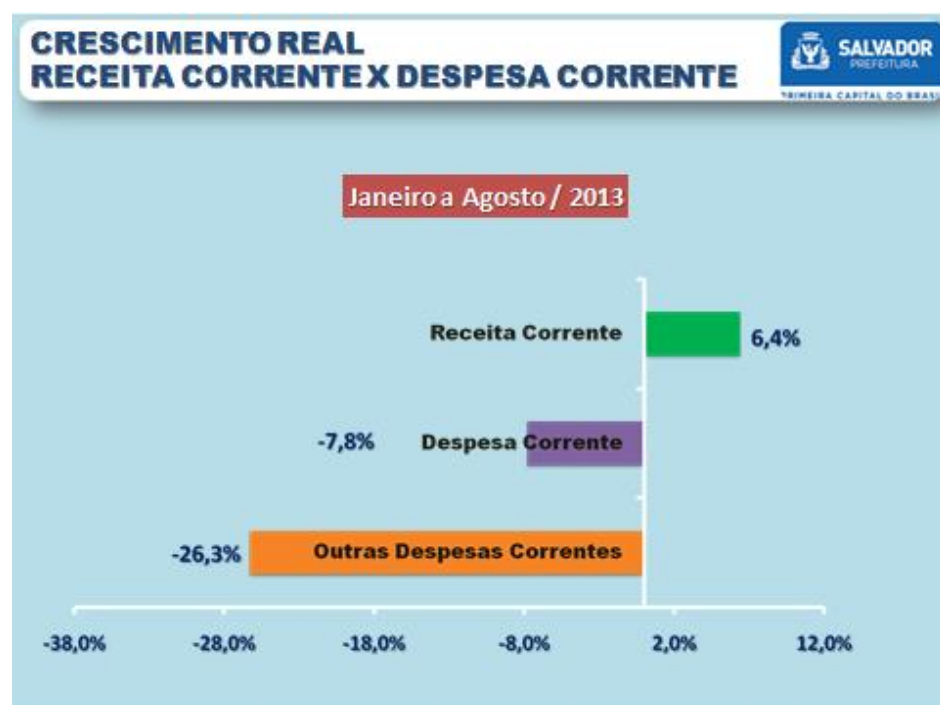
Composição das Despesas Liquidadas x Exercícios anteriores - até 2º Quad./13



Algumas Despesas do Exercício - até 2º Quad./13

DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS								
Consolidado	Valores Nominais (R\$)				Variações (%)			
	Janeiro a Agosto				Nominal			Real
	2010	2011	2012	2013	2011/10	2012/11	2013/2012	2013/2012
Pessoal e Encargos	687	829	1.023	1.213	20,6%	23,5%	18,6%	11,5%
Juros e Encargos da Dívida	45	47	46	46	2,9%	-2,4%	-0,1%	-6,2%
Outras Despesas Correntes	1.018	1.014	1.066	836	-0,4%	5,1%	-21,5%	-26,3%
TOTAL	1.750	1.890	2.135	2.095	8,0%	13,0%	-1,8%	-7,8%

Crescimento Real – Receita Corrente x Despesa Corrente - até 2º Quad./13



MAIS PARCERIAS, MAIS RECURSOS

Apesar de todos os esforços e iniciativas no sentido de incrementar a receita do municipal, permanece a condição de escassez dos recursos diante das inúmeras demandas da população e da cidade.

Desse modo, as parcerias com o Governo Federal, firmadas por meio de convênios, e contratos de repasse, e com instituições privadas, juntamente com as operações de financiamento são importantes e fundamentais como fontes adicionais para viabilizar a realização de importantes obras e prestação de serviços à comunidade.

Nova Estrutura, Nova Gestão

A estrutura de captação de recursos foi redesenhada e sedimentada durante o ano de 2013 proporcionando maior conhecimento e capacidade de buscar recursos e aperfeiçoamento das técnicas de gerenciamento. Para tanto, a Casa Civil absorveu o antigo Gabinete de Captação de Recursos.

O trabalho inicial de coleta das informações referentes aos convênios evidenciou a total inexistência de dados sistematizados para que pudesse ser realizado o conhecimento de cada um deles e acompanhamento junto a cada unidade responsável pela execução.

O resultado do mapeamento dos Termos firmados com o Governo Federal identificou a existência de 46 Convênios e Contratos de Repasse ativos no montante de R\$343.877.502,46, conforme pode ser verificado a seguir.

UnidadeConcedente/Ministérios	Valor Global (R\$)	Quantidade
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	454.525,86	1
Emprego e Renda	10.207.470,00	1
Esporte	6.019.441,41	3
Saúde	3.720.000,00	6
Cidades	240.877.362,13	14
Desenvolvimento Social	690.683,33	2
Cultura	7.540.000,00	3
Educação	3.626.571,94	2
Justiça	2.923.659,90	2
Integração Nacional	45.711.943,64	5
Meio Ambiente	630.000,00	1
Turismo	21.475.844,25	6
Valor Total	343.877.502,46	46

Do mesmo modo, para possibilitar o conhecimento do estágio de liberação e execução e o seu efetivo acompanhamento, buscou-se identificar os órgãos municipais executores desses recursos, cuja composição está demonstrada no quadro abaixo.

Secretaria / Órgão	Valor Global (R\$)	Quantitativo
Casa Civil	15.415.848,96	1
Secretaria Municipal da Infraestrutura e Defesa Civil / Superintendência de Conservação e Obras Públicas	296.312.155,56	25
Secretaria Municipal de Educação	8.965.571,94	4
Secretaria Municipal de Ordem Pública/Superintendência de Segurança Urbana e Prevenção a Violência	2.923.659,90	2
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Turismo e Cultura	3.661.331,52	3
Secretaria Municipal de Saúde	3.720.000,00	6
Secretaria Municipal de Ordem Pública	1.350.781,25	1
Secretaria da Cidade Sustentável	630.000,00	1
Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza	10.898.153,33	3
Valor Total	343.877.502,46	46

Contratos Vencidos

Entre os termos levantados, verificou-se a existência de 10 Contratos de Repasse, junto à Caixa Econômica Federal, vencidos e sujeitos à Tomada de Contas Especial. Internamente esses contratos foram tratados como prioridade junto ao representante Caixa do município com objetivo de solucionar todas as pendências. O resultado dessa iniciativa foi muito positivo resultando na resolução de 80% do total. Ou seja, oito contratos foram encerrados com prestação de contas aprovadas. O Gabinete de Captação de Recursos continua atuando junto às unidades e a Caixa para sanar as pendências dos dois contratos restantes.

Sistema de Acompanhamento dos Convênios e Contratos

Com objetivo de modernizar e tornar mais efetivo o gerenciamento dos Convênios e Contratos, foi desenvolvido um sistema de acompanhamento e controle, relativo à captação e gestão dos recursos oriundos de fontes interna e externas, públicas e privada sem plataforma WEB.

Mais Elaboração de Projetos

Os recursos disponibilizados pelo Governo Federal, na maioria das vezes, a fundo perdido, são fundamentais e estratégicos para viabilizar o atendimento às inúmeras e urgentes demandas da população especialmente as mais carentes, resultando em intervenções que certamente irão solucionar ou mitigar velhos e novos problemas, nas áreas de infraestrutura, mobilidade/acessibilidade, equipamentos urbanos, urbanização de espaços públicos e áreas precárias e na área ambiental, sempre com foco na melhoria da qualidade de vida da sua população e na valorização do seu patrimônio natural e construído.

A existência de portfólio de estudos, anteprojetos e projetos no sentido de agilizar a captação de recursos é fundamental e condição básica para viabilizar a captação de recursos. Contudo, a capacidade técnica e operacional da prefeitura atualmente é insuficiente e precária para apresentar, aos órgãos financiadores, em tempo hábil, anteprojetos e projetos, de modo a evitar a perda de recursos, sobretudo nas áreas de extrema carência.

Nessa perspectiva, foi constituída, na Casa Civil, uma Comissão Especial Mista de Licitação para consultoria e elaboração de projetos cujo procedimento licitatório foi bem sucedido e a contratação formalizada. Este contrato possibilitará, com a agilidade necessária, apresentar os projetos exigidos na captação não só os recursos previstos e disponibilizados pelos ministérios como outros específicos e demandados pela cidade.

MAIS RECURSOS CAPTADOS

Neste exercício, além de todas as medidas de organização e controle, a Prefeitura por meio do Gabinete de Captação de Recursos da Casa Civil, em parceria com as unidades municipais tornou possível a formalização de parcerias a seguir apresentadas.

Recursos Financeiros

Origem do Recurso	Concedente	Contrapartida	Valor Global
Proposta Voluntária	32.207.459,04	1.342.284,61	33.549.743,65
PAC *	7.000.000,00	0	7.000.000,00
Total	39.207.459,04	1.342.284,61	40.549.743,65

*Aguardando confirmação oficial do valor disponibilizado pelo Ministério do Esporte- 2 Centros de Iniciação ao Esporte/valor estimado 2 milhões.

Financiamentos

A Câmara, por solicitação e iniciativa do Executivo Municipal autorizou a contratação de operação de crédito por meio de leis autorizativas de números 8.445/2013 junto à DESENBAHIA no valor de 100 milhões para execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e saneamento e a 8.481/2013 junto à Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 550 milhões, para realização de investimentos na área de saneamento, mobilidade, e infraestrutura urbana, componentes do Programa Corredores de Transporte Coletivo Integrado de Salvador.

Ademais, estão em curso outras iniciativas tais como:

- Carta-consulta junto ao Ministério do Planejamento- Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX/Prodetur no valor aproximado de 106 milhões de dólares para financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD em ações de turismo com o objetivo de promover a inclusão econômica, cultural e social da população afrodescendente no Município de Salvador;
- Aprovação para liberação de recursos Captação de recursos dos Programas: Programa Nacional de Apoio à Gestão administrativa e Fiscal dos municípios brasileiros- PNAFM no montante de R\$ 57.200 e Programa Nacional de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT R\$ 92 milhões.

Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos

Comissão de Financiamentos Externos

Bens e Serviços

Por meio da realização de parcerias com instituições privadas e órgãos públicos, foi possível realizar cursos de qualificação para servidores, adquirir equipamentos eletrônicos, veículos, material para bazar, além da cessão de uso de espaços para benefício de jovens atendidos pela Fundação Cidade Mãe. Todos esses recursos totalizaram aproximadamente R\$1 milhão.